



# RELATÓRIO de GESTÃO

---

2022

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	3
1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA – BREVE APRESENTAÇÃO .....	4
1.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA – PERCURSO RECENTE .....	5
2.1. Análise Orçamental .....	8
2.1.1. Execução Orçamental da Receita .....	9
2.1.2. Execução Orçamental da Despesa .....	11
2.1.3. Indicadores Orçamentais .....	13
2.2. Análise Económico-Financeira .....	14
2.2.1. Demonstrações Financeiras .....	14
2.2.1.1. Balanço .....	14
2.2.1.2. Demonstração de Resultados por Natureza .....	16
2.2.1.3. Demonstração de Resultados por Funções .....	18
2.2.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	18
2.2.2. Indicadores Económico-Financeiros .....	20
NOTA FINAL .....	22

## Índice de Figuras

<b>Figura 1.</b> Grau de Execução Orçamental da Receita.....	10
<b>Figura 2.</b> Grau de Execução Orçamental da Despesa.....	12

## Índice de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Indicadores de atividade 2021/2022.....	7
<b>Tabela 2.</b> Dotação do Orçamento do Estado em 2020, 2021 e 2022. ....	8
<b>Tabela 3.</b> Distribuição da Receita. ....	9
<b>Tabela 4.</b> Distribuição da despesa. ....	11
<b>Tabela 5.</b> Associação entre as despesas e a respetiva estrutura de financiamento (receita). ....	12
<b>Tabela 6.</b> Indicadores Orçamentais.....	13
<b>Tabela 7.</b> Balanço.....	15
<b>Tabela 8.</b> Demonstração dos resultados por natureza.....	17
<b>Tabela 9.</b> Demonstração dos resultados por Funções.....	18
<b>Tabela 10.</b> Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	19
<b>Tabela 11.</b> Indicadores Económico-Financeiro.....	21

## INTRODUÇÃO

O Relatório e Contas do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), referente ao exercício económico de 2022, foi elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as instruções das Normas de Contabilidade Pública, as orientações da UniLEO, a Lei do Enquadramento Orçamental, publicada na Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, a Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso, publicada na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 53/2022 - Decreto-Lei da execução orçamental e a Instrução n.º 1/2019 – PG do Tribunal de Contas.

Este Relatório tem por propósito produzir elementos e informação para o Conselho Geral e demais órgãos, para que estes possam avaliar com clareza e objetividade a atividade desenvolvida pelo IPB, nomeadamente o desempenho em termos económico-financeiros através das demonstrações financeiras e orçamentais. Estas são objeto de fiscalização e certificação legal de contas por parte do Fiscal Único.

Tendo em conta que se apresenta um Relatório de Atividades e um Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022, remete-se a análise detalhada do grau de concretização do plano de atividades, face aos objetivos e metas traçados, para esse documento.

Pode, contudo, afirmar-se que foi um ano de muito investimento e esforço na gestão e minimização dos efeitos da crise, mas também um ano em que se procurou manter o foco nos objetivos e no desenvolvimento da Instituição.

# 1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA – BREVE APRESENTAÇÃO

O Instituto Politécnico de Bragança, adiante designado por Instituto ou IPB, é uma instituição pública de ensino superior que tem por missão a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental.

Fundado em 1983, com sede em Bragança, o IPB desenvolve a sua missão em articulação com a sociedade, incluindo a cooperação transfronteiriça, numa perspetiva de coesão territorial e de afirmação nacional e internacional, com vista ao desenvolvimento da região, assente na inovação e na produção e transferência do conhecimento técnico-científico.

O IPB é, nos termos da lei, uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

O IPB está organizado em 6 Escolas:

1. Escola Superior Agrária – ESA
2. Escola Superior de Educação – ESSE
3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão - ESTiG
4. Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo - ESACT
5. Escola Superior de Saúde – ESSA
6. Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar – EHB

As Escolas dividem-se por 3 campi:

- Bragança,
- Mirandela (ESACT) e
- Chaves (EHB), o mais recente em fase de instalação desde 2022.

O IPB tem ainda outra oferta formativa a funcionar em vários concelhos da região onde se insere, mediante protocolos estabelecidos com os Municípios respetivos. Trata-se da formação dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTESP's).

A atividade de investigação científica no IPB estrutura-se em 4 Unidades de Investigação reconhecidas pela FCT:

- Centro de Investigação de Montanha - CIMO;
- Centro de Investigação em Digitalização e Robótica Inteligente - CEDRI;
- Unidade de Investigação Aplicada em Gestão - UNIAG;
- Centro de Investigação em Educação Básica - CIEB.

## 1.1. INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA – PERCURSO RECENTE

Nos últimos anos o IPB diferenciou-se positivamente, alargando cada vez mais a sua zona de influência, seja através dos CTESP's em vários concelhos limítrofes, seja também pela criação de mais uma Unidade Orgânica em Chaves, cobrindo áreas de grande interesse para a região.

A diferenciação, sustentada na investigação aplicada, na inovação formativa e na relação próxima com as empresas, através de parcerias e laboratórios vivos, constitui a orientação principal nestes últimos anos.

O número de estudantes aumentou, a internacionalização continuou a afirmar-se como uma das principais dimensões, assim como a empregabilidade e o empreendedorismo.

O IPB tem feito, efetivamente, um grande esforço para melhorar em todas as suas vertentes; através da promoção da digitalização de todos os documentos internos, está em fase da implementação plena do Sistema de Gestão da Qualidade e tem feito um grande investimento numa comunicação cada vez mais eficaz e mais promotora da sua identidade.

A instituição expandiu-se, criando uma escola e um novo campus e tornando-se uma instituição mais aberta à comunidade.

Destacam-se os excelentes resultados na avaliação das unidades de investigação, que conduziram à avaliação de duas unidades com Excelente e duas com Bom e à criação de um Laboratório Associado. O IPB participa ainda em três outras unidades de investigação multi-institucionais, duas avaliadas com Muito Bom e uma com Bom. Desta forma, ficou assegurado um financiamento base + programático superior a 3,5 milhões de euros. A produção científica cresceu significativamente, em particular a produção científica com cooperação internacional. Igualmente, o número de alunos em programas de pós-graduação, mestrado e doutoramento nos centros do IPB manteve-se em crescimento. Nas suas diversas Unidades de Investigação o IPB acolhe mais de 150 estudantes de doutoramento. O emprego científico no IPB sofreu um crescimento muito assinalável. Nas suas múltiplas formas (bolseiros de investigação, DL 57/2017 e investigadores de carreira), o número total de pessoas em emprego científico supera já as 250, considerando todas as unidades do IPB.

As iniciativas de inovação formativa aumentaram de forma muito significativa. A iniciativa de flexibilização curricular “10% Escolhes Tu” envolveu diversas ofertas extracurriculares e um número crescente de estudantes. Implementaram-se as ofertas extracurriculares: Demola, Plano de Desenvolvimento de Carreiras, Empreendedorismo, Project Y, Estágio de Iniciação Científica, Inovação Baseada em Desafios, Aprender Graça Morais, Envelhecimento Ativo, Estágio Extracurricular e Voluntariado. Foi desenvolvido um vasto programa de qualificação dos docentes em inovação formativa, em parceria com outras universidades europeias. Nesta matéria, o IPB assegurou a liderança do projeto de formação e promoção da inovação formativa que envolve todos os Institutos Politécnicos – O projeto 1000 ideias.

A aprovação, no âmbito do PRR, do projeto STEAM Skills Mountain Knowledge Campus - Mountain Alliance for Knowledge and Co-Creation, para o horizonte temporal 2022-2026, com um financiamento global de cerca de 7 M € veio permitir alavancar fortemente esta orientação, em particular quanto ao objetivo de desenvolver a qualificação e requalificação de adultos.

Foram criados laboratórios vivos, materializando a ligação do ensino e da investigação às empresas. Este modelo tem vindo a ser operacionalizado sobretudo por via do desenvolvimento, juntamente com outros parceiros, de novas organizações relevantes, em particular o BrigantiaEcopark, o MORE, o AQUAVALOR, no âmbito do Laboratório de Artes na Montanha Graça Morais e do CHC – Clean Health Center – Centro para o Desenvolvimento das Tecnologias Hospitalares Limpas.

Estes laboratórios envolvem as principais áreas de especialização do IPB: digitalização e inovação industrial; produtos naturais e inovação alimentar; ciências agrárias e ambiente; artes e património; tecnologias da saúde limpas; comunicação e turismo e inovação educativa.

A instituição atingiu a sua maior dimensão de sempre, superando a barreira dos 10 000 alunos, cerca de 36% dos quais são alunos internacionais. Uma campanha de promoção bem organizada ajudou este crescimento.

O programa de promoção do empreendedorismo e da empregabilidade ampliou-se a outros e mais diversos públicos.

A aposta na digitalização acentuou-se em múltiplos domínios. Um complexo universo aplicacional, maioritariamente desenvolvido internamente, dotou o IPB de um sistema de informação seguro, moderno e eficiente permitindo uma drástica redução de custos.

A comunicação melhorou, profissionalizando a presença nas redes sociais e a produção de conteúdos de comunicação.

O financiamento da instituição manteve-se estável, embora comece a ser crítica a ausência de financiamento para investimento e melhoria das infraestruturas. Alguns avanços foram realizados no “campus das artes”, esperando-se que o “campus da saúde”, que teve alguns desenvolvimentos durante este ano, possa avançar definitivamente.

Em 2022 foi aprovado, no âmbito do PRR, a construção de 3 residências e a aquisição e adaptação de um hotel, com um financiamento global de cerca de 16 M €. Considerando os cronogramas de execução física contratualizados, estima-se que a execução financeira decorra na proporção de 70% no exercício de 2023 (11 474 967 €) e 30% em 2024 (4 917 843 €). Este investimento permitirá aumentar a oferta de alojamento de elevada qualidade, para os estudantes do IPB.

Em jeito de balanço, pode afirmar-se que os objetivos para 2022 do IPB, foram, em boa medida, concretizados e os principais objetivos foram alcançados, apesar dos inúmeros constrangimentos enfrentados provocados pela crise económica.

A tabela seguinte compara a instituição nos seus grandes números entre 2021 e 2022.

Tabela 1. Indicadores de atividade 2021/2022.

	31 dezembro 2021	31 dezembro 2022	Variação	
<b>Unidades orgânicas</b>	1. Escola Superior Agrária 2. Escola Superior de Educação 3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão 4. Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo 5. Escola Superior de Saúde	1. Escola Superior Agrária 2. Escola Superior de Educação 3. Escola Superior de Tecnologia e Gestão 4. Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo 5. Escola Superior de Saúde 6. Escola Superior de Hotelaria e Bem-Estar	↑	20%
<b>Estudantes inscritos <sup>1</sup></b>	<b>9392</b>	<b>10271</b>	↑	<b>9%</b>
CTeSP	1210	1362	↑	13%
Licenciatura	6935	7203	↑	4%
Mestrado	1218	1608	↑	32%
Outras formações	29	98	↑	237%
<b>Estudantes internacionais</b>				
N.º de inscritos	3381	3635	↑	8%
% estudantes internacionais	36%	36%		-
<b>Mobilidade de estudantes (incoming / outgoing)</b>	<b>417 / 213</b>	<b>764 / 333</b>	↑	<b>83% / 56%</b>
Com países europeus	262 / 213	468 / 333	↑	79% / 56%
Com países não europeus	155 / 0	296 / 0	↑	91% / 0%
<b>Investigação e inovação</b>				
N.º de publicações	1683	2419	↑	44%
N.º de projetos aprovados	137	147	↑	7%
<b>Dotações orçamentais</b>	<b>388 762 47 €</b>	<b>39 290 550 €</b>	↑	<b>1%</b>
Orçamento do Estado	21 962 867 €	22 790 618 €	↑	4%
Financiamento FCT	8 68 338,83 €	8 77 511 €	↑	1%
Financiamento I&D UE	8 69 3061 €	7 389 928 €	↓	-18%
Receitas próprias (propinas e prestação de serviços)	7 351 980 €	7 965 762 €	↑	8%
% não OE	56%	58%	↑	1%
<b>Recursos humanos</b>				
Docentes de Carreira	286	282	↓	-1%
Docentes (ETI)	178	180	↑	1%
Investigadores	34	34	-	-
Bolseiros	152	189	↑	24%
Não docentes	207	214	↑	3%

<sup>1</sup> N.º de alunos inscritos a 31 de dezembro. Nesta data ainda não existem as matrículas dos alunos desfasados.



## ANÁLISE ORÇAMENTAL E ECONÓMICO-FINANCEIRA

A prestação de contas permite a formulação de um juízo sobre se as contas refletem de forma adequada e apropriada a posição financeira da entidade, as alterações da posição financeira, o desempenho e a execução orçamental, consoante o regime contabilístico aplicável, e se as transações subjacentes se acham legais e regulares e conformes aos mencionados princípios da boa gestão.

A análise orçamental, económica e financeira do IPB foi preparada tendo por base as normas legais em vigor no que diz respeito ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), as instruções da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), da Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO) e do Tribunal de Contas (TC).

### 2.1. Análise Orçamental

O IPB desenvolveu a sua atividade, em 2022, de acordo com o orçamento inicial aprovado, tendo ao longo do ano efetuado alterações orçamentais conforme as necessidades verificadas. O financiamento das atividades tem origem essencialmente no financiamento direto do Orçamento do Estado, nas receitas próprias (venda de bens e serviços, propinas, taxas e emolumentos) e em projetos co-financiados.

A dotação inicial atribuída ao IPB pelo Orçamento do Estado para 2022 foi de 22 275 344 € (Tabela 2), representando um acréscimo de cerca de 0,31 M€ (+1,43%) comparativamente à dotação atribuída em 2021. Este montante destinou-se na sua totalidade para as despesas com o pessoal.

O acréscimo verificado face ao ano anterior é justificado pela necessidade de suprir o aumento das despesas de acordo com um conjunto de alterações legislativas específicas, em particular a compensação pela diminuição das propinas, o aumento dos encargos decorrentes da aplicação do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública e o aumento dos salários.

**Tabela 2.** Dotação do Orçamento do Estado em 2020, 2021 e 2022.

Ano	Dotação do Orçamento do Estado
2020	20 857 942 €
2021	21 960 776 €
2022	22 275 344 €

Face às alterações legislativas que ocorreram em 2022, com a valorização remuneratória determinada pelo Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de junho, o IPB recebeu um reforço orçamental no valor de 69 629 €. Para além deste, e devido ao acréscimo de encargos com energia, obteve um acréscimo do orçamento em 414 484 €. Por fim, recebeu ainda o montante de 1 161 € referente às propinas de estudantes PALOP e 30 000 € relativos ao financiamento para participação do evento

“2.º Festival Bragança Classifest”. Assim, a dotação corrigida do Orçamento do Estado para 2022 foi de 22 790 618 €.

De seguida é apresentada a execução da receita e da despesa do ano 2022 bem como a comparação dos principais indicadores orçamentais com 2021.

### 2.1.1. Execução Orçamental da Receita

No ano 2022 foram arrecadados mais de 49,54M€, sendo 35,91M€ referentes à Receita Corrente que inclui as transferências e subsídios correntes, taxas, multas e outras penalidades, outras receitas correntes e venda de bens e serviços. De acordo com a Tabela 3, verifica-se que 56,42% provêm de transferências e subsídios correntes (dotação atribuída pelo Estado, financiamento nacional e da União Europeia para projetos), 12,67% de taxas, multas e outras penalidades (essencialmente através da cobrança de propinas), 3,19% de venda de bens e serviços (aluguer de espaços e equipamentos, realização de estudos e pareceres, serviços laboratoriais, serviços prestados pela Unidade de Exploração Agrícola, serviços prestados no âmbito de protocolos celebrados, entre outros) e 0,22% de outras receitas correntes (financiamento nacional de projetos). Os restantes 13,62M€ dizem respeito a receitas de capital, nomeadamente 6,78% de transferências e subsídios de capital (financiamento nacional e comunitário), 20,60% de saldos de gerência anterior e 0,03% de reposições não abatidas aos pagamentos<sup>2</sup>.

**Tabela 3.** Distribuição da Receita.

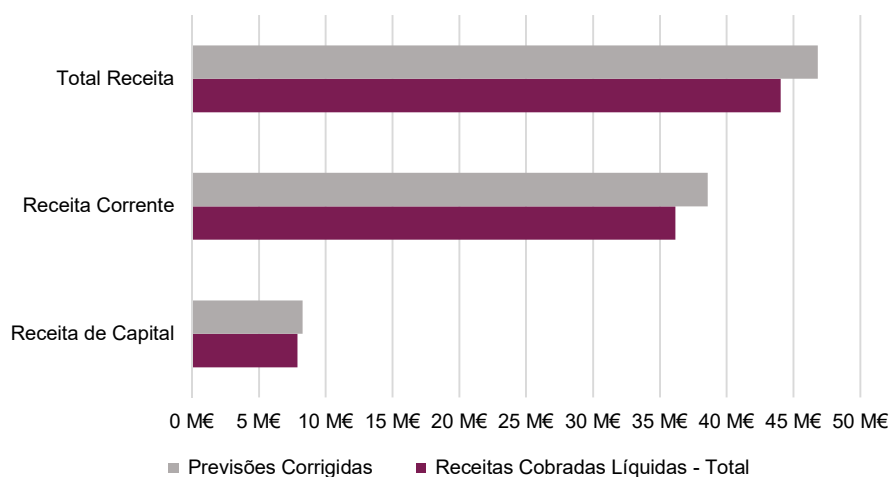
Tipo de Receita	Rúbrica	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas Líquidas - Total	Desvio		Peso
				Valor	%	
Corrente	Taxas, multas e outras penalidades	8 702 271,00 €	6 275 972,09 €	-2 426 298,91 €	-27,88%	12,67%
	Transferências e subsídios correntes	29 037 856,00 €	27 951 177,18 €	-1 086 678,82 €	-3,74%	56,42%
	Venda de bens e serviços	1 689 949,00 €	1 580 061,78 €	-109 887,22 €	-6,50%	3,19%
	Outras receitas correntes	111 149,00 €	109 727,94 €	-1 421,06 €	-1,28%	0,22%
<b>Corrente Total</b>		<b>39 541 225,00 €</b>	<b>35 916 938,99 €</b>	<b>-3 624 286,01 €</b>	<b>-9,17%</b>	<b>72,50%</b>
Capital	Reposições não abatidas aos pagamentos	12 578,00 €	12 577,49 €	-0,51 €	0,00%	0,03%
	Transferências e subsídios de capital	6 349 770,00 €	3 361 032,14 €	-2 988 737,86 €	-47,07%	6,78%
	Operações Orçamentais	10 250 143,00 €	10 250 128,73 €	-14,27 €	0,00%	20,69%
<b>Capital Total</b>		<b>16 612 491,00 €</b>	<b>13 623 738,36 €</b>	<b>-2 988 752,64 €</b>	<b>-17,99%</b>	<b>27,50%</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>56 153 716,00 €</b>	<b>49 540 677,35 €</b>	<b>-6 613 038,65 €</b>	<b>-11,78%</b>	<b>100,00%</b>

<sup>2</sup> Receita resultante das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentados indevidos ocorridos no exercício anterior.

Através da Figura 1, que compara as previsões corrigidas com as receitas cobradas líquidas, apresentando um grau de execução de 88,22%, com uma diferença de aproximadamente 6,61 M€, em termos globais.

Especificamente, na receita corrente, verifica-se um grau de execução de 90,83% com uma diferença de cerca de 3,62 M€ entre as previsões e as receitas cobradas líquidas, enquanto que, na receita de capital a diferença é 6,61 M€, o que resulta num grau de execução de 82,01%. Estes desvios resultam fundamentalmente da menor cobrança de propinas em relação ao previsto em resultado da crise económica e investimentos que não foi possível iniciar a sua concretização em 2022 conforme previsto, nomeadamente os projetos financiados pelo PRR para a construção de residências de estudantes.

De acordo com o mapa da demonstração da Execução Orçamental da Receita, no anexo às demonstrações orçamentais, nas receitas correntes verifica-se um menor grau de execução nas taxas, multas e emolumentos, sendo a receita cobrada líquida inferior à inicialmente prevista. Na receita de capital, o menor grau de execução reflete-se nas transferências e subsídios de capital.



**Figura 1.** Grau de Execução Orçamental da Receita.

Assim, conclui-se que em 2022 existe uma diferença pouco acentuada entre a receita cobrada líquida e a previsional.

Para além da análise à execução da receita é, também, de extrema importância analisar os resultados obtidos da execução orçamental da despesa, que é apresentada no ponto seguinte.

## 2.1.2. Execução Orçamental da Despesa

A despesa paga pela IPB, em 2022, totalizou mais de 36,99 M€, distribuída sobretudo por despesa corrente que representa 96,17% desse montante, enquanto a despesa de capital corresponde apenas a 3,83% (Tabela 4).

O orçamento do IPB é canalizado, maioritariamente, para as despesas com o pessoal que representam mais de 73,41% do total da despesa paga. Os restantes 26,59% da despesa paga dizem respeito a aquisição de bens e serviços (12,29%), transferências e subsídios correntes (9,67%), aquisição de bens de capital (3,76%), outras despesas correntes<sup>3</sup> (0,81%) e transferências e subsídios de capital (0,06%), destinado a parceiros em projetos de investigação.

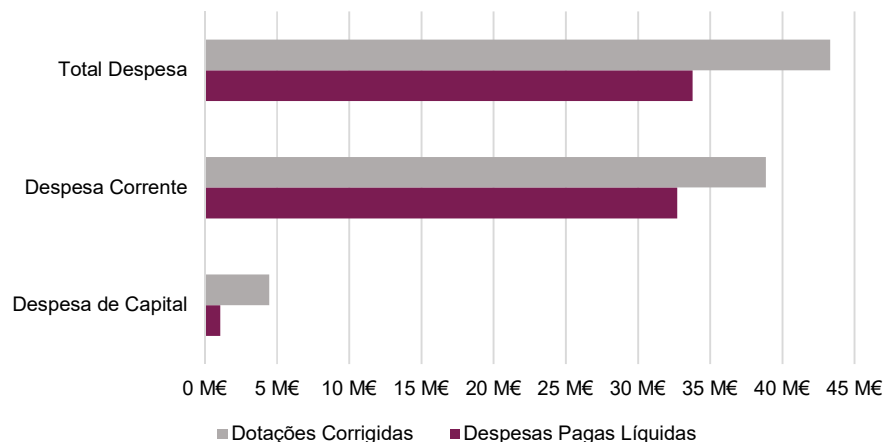
**Tabela 4.** Distribuição da despesa.

Tipo de Despesa	Rúbrica	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas Líquidas - Total	Desvio		Peso	
				Valor	%		
Corrente	D1 - Despesas com o pessoal	28 977 989,00 €	27 159 690,81 €	-	1 818 298,19 €	-6,27%	73,41%
	D2 - Aquisição de bens e serviços	10 253 587,00 €	4 548 321,80 €	-	5 705 265,20 €	-55,64%	12,29%
	D4 - Transferências e subsídios correntes	6 724 893,00 €	3 576 552,98 €	-	3 148 340,02 €	-46,82%	9,67%
	D5 - Outras despesas correntes	323 075,00 €	299 198,32 €	-	23 876,68 €	-7,39%	0,81%
	<b>Corrente Total</b>		46 279 544,00 €	35 583 763,91 €	-	10 695 780,09 €	-23,11%
Capital	D6 - Aquisição de bens de capital	4 948 831,00 €	1 391 987,85 €	-	3 556 843,15 €	-71,87%	3,76%
	D7 - Transferência e subsídios de capital	23 531,00 €	23 528,03 €	-	2,97 €	-0,01%	0,06%
<b>Capital Total</b>		4 972 362,00 €	1 415 515,88 €	-	3 556 846,12 €	-71,53%	3,83%
<b>Total Geral</b>		51 251 906,00 €	36 999 279,79 €	-	14 252 626,21 €	-27,81%	100,00%

Como podemos observar pela Figura 2, o grau de execução orçamental da despesa ficou aquém das dotações corrigidas, com um grau de execução de apenas 72,19%, em termos globais.

Individualmente, as despesas correntes apresentam um grau de execução de 76,89%, justificado essencialmente pelo menor grau de execução na aquisição de bens e serviços. As despesas de capital apresentam um grau de execução orçamental de aproximadamente 28,13%, justificado pelo reduzido grau de execução da rúbrica aquisição de bens de capital em resultado de não se terem iniciado a concretização os investimentos referidos anteriormente.

<sup>3</sup> Comissões bancárias, diferenças de câmbio desfavorável, quotas, taxas, IVA,...



**Figura 2.** Grau de Execução Orçamental da Despesa.

De acordo com a Tabela 5, verificamos que as despesas com o pessoal são cobertas predominantemente por receitas gerais (85,04%), isto é, pela dotação do Orçamento do Estado, por transferências de receitas de impostos entre organismos e por saldos de receitas de impostos.

A aquisição de bens e serviços, e outros encargos e as outras despesas correntes têm maior incidência nas receitas próprias, enquanto que as transferências e subsídios correntes e a aquisição de bens de capital apresentam um maior peso nos Fundos Europeus, decorrentes de financiamento da União Europeia em projetos.

**Tabela 5.** Associação entre as despesas e a respetiva estrutura de financiamento (receita).

Tipo de Despesa	Rúbrica	Receitas Próprias	Receitas Gerais	Fundos Europeus
<b>Corrente</b>	D1 - Despesas com o pessoal	11,23%	85,04%	3,73%
	D2 - Aquisição de bens e serviços	62,04%	6,26%	31,69%
	D4 - Transferências e subsídios correntes	26,13%	7,77%	66,10%
	D5 - Outras despesas correntes	96,37%	0,03%	0,01%
<b>Corrente Total</b>		<b>19,94%</b>	<b>66,51%</b>	<b>13,55%</b>
<b>Capital</b>	D6 - Aquisição de bens de capital	25,69%	3,68%	70,63%
	D7 - Transferência e subsídios de capital	0,00%	100,00%	0,00%
<b>Capital Total</b>		<b>25,26%</b>	<b>5,28%</b>	<b>69,46%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>20,14%</b>	<b>64,17%</b>	<b>15,69%</b>

### 2.1.3. Indicadores Orçamentais

Neste subponto são apresentados, em forma de resumo, e como demonstrado pela Tabela 6, os indicadores orçamentais considerados de maior destaque para a análise, efetuando a comparação com o ano imediatamente anterior.

Os recebimentos totais, em 2022, cifram-se em cerca de 49,54 M€ e em 2021 nos 44,03M€, o que significa que existe uma variação positiva de receita, no montante de mais de 5,51 M€.

No entanto, em relação às previsões corrigidas, o grau de execução da receita em 2022 foi inferior a 2021 em cerca de 5,74% Isto porque, apesar da receita ser superior ao ano anterior, a previsão revelou-se bastante superior ao executado, em mais de 6,61 M€.

Relativamente à despesa, verificou-se que em 2022, a despesa paga foi de mais de 36,99 M€ enquanto que em 2021 foi de cerca de 33,78 M€. Este acréscimo resulta do aumento dos compromissos assumidos em 2022, resultante do crescimento das despesas com pessoal e da aquisição de bens e serviços em resultado nomeadamente da taxa de inflação registada e do acréscimo das transferências e subsídios correntes em resultado da mais mobilidade registada de alunos e funcionários no âmbito do programa Erasmus e do acréscimo de numero de bolseiros de investigação.

Tanto em 2021 como em 2022, o IPB apresenta um saldo corrente positivo, o que significa que a receita corrente é superior à despesa corrente.

O saldo de capital apresenta um aumento muito significativo de aproximadamente de 5,39 M€, face ao ano anterior, resultante do aumento do saldo da gerência anterior que transitou.

Através da análise do grau de execução das obrigações, verificamos que 96,94 % das obrigações estão pagas.

**Tabela 6.** Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Rácio 2022	Rácio 2021
<b>Grau de Execução Orçamental da Receita (%)</b>	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	88,22%	93,96%
<b>Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)</b>	Despesa Paga Líquida/Dotações corrigidas	72,19%	78,01%
<b>Saldo corrente</b>	Receita Corrente-Despesa corrente	333 175,08 €	3 440 172,66 €
<b>Saldo de Capital</b>	Receita Capital-Despesa Capital	12 208 222,48 €	6 809 956,07 €
<b>Grau de Realização das Liquidações(%)</b>	Recebimentos /Liquidações	99,87%	99,74%
<b>Grau de Execução das Obrigações(%)</b>	Pagamentos/Obrigações	96,94%	96,39%

## 2.2. Análise Económico-Financeira

Importa ainda aferir sobre a análise económico-financeira através das demonstrações financeiras consideradas de maior relevância: balanço, demonstração de resultados e demonstração de fluxos de caixa.

### 2.2.1. Demonstrações Financeiras

#### 2.2.1.1. Balanço

Na análise financeira através do balanço, presente na Tabela 7, referente aos anos 2022 e 2021, é possível destacar que o total do ativo, em 2022, superou em mais de 3,72 M€ o total do ativo de 2021. Este aumento é essencialmente justificado pela variação na rubrica de caixa e depósitos, que vem originar um aumento de mais de 2,68 M€ no ativo corrente, justificado pela conjugação de diversos fatores, nomeadamente diferimento de receitas para este exercício e ao adiantamento de projetos de financiamento já aprovados. O aumento do número de alunos é, também, um fator importante para o aumento do ativo uma vez que originou um aumento de 1,16M€ em relação a 2021.

O ativo não corrente registou uma diminuição, no valor de mais de 0,62 M€, justificado pelo valor das depreciações associadas aos ativos fixos tangíveis.

O património líquido, em 2022, culminou em mais de 42,90 M€, representando um aumento face a 2021 que ultrapassou os 3,30 M€, o que representa um acréscimo de 8,34%.

Por fim, relativamente ao passivo, verificou-se um aumento de 0,43 M€ face a 2021, culminando num montante de mais de 6,66 M€. Isto justifica-se pelos inúmeros documentos processados no final de 2021, sendo o pagamento efetuado em 2022 e o pelo aumento da estimativa do mês de férias e subsídio de férias referente ao ano seguinte.

Para além dessa, a rubrica do estado e outros entes públicos apresenta um aumento de mais de 20 mil euros que diz respeito a encargos de 2021, pagos em 2022 (CGA, Segurança Social, IVA, IRS, Sindicatos, SAD/GNR), e à retenção de outros encargos.

A rubrica outras contas a pagar no passivo não corrente diz respeito a valores retidos nos pagamentos a título de caução.

Tabela 7. Balanço

Balanço	Notas	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	27 354 146,16 €	28 029 453,06 €
Propriedades de investimento			0,00 €
Ativos intangíveis	3	53 682,74 €	9 607,20 €
Ativos biológicos			0,00 €
Participações Financeiras	18	8 482,00 €	8 482,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes			0,00 €
Acionistas/sócios/associados			0,00 €
Diferimentos	23	8 294,04 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	8	589 500,00 €	589 500,00 €
Ativos por impostos diferidos			0,00 €
Outras contas a receber			0,00 €
<b>Total Ativo não corrente</b>		<b>28 014 104,94 €</b>	<b>28 637 042,26 €</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários			0,00 €
Ativos biológicos			0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			3 600,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	23	7 252 224,28 €	5 641 633,74 €
Estado e outros entes públicos			0,00 €
Acionistas/sócios/associados			0,00 €
Outras contas a receber		54 070,91 €	15 473,31 €
Diferimentos	23	89 067,35 €	68 672,17 €
Ativos financeiros detidos para negociação			0,00 €
Outros ativos financeiros			0,00 €
Ativos não correntes detidos para negociação			0,00 €
Caixa e depósitos	12	14 162 280,24 €	11 483 196,30 €
<b>Total Ativo Corrente</b>		<b>21 557 642,78 €</b>	<b>17 212 575,52 €</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>49 571 747,72 €</b>	<b>45 849 617,78 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	18	26 280 254,74 €	26 280 254,74 €
Ações (quotas) próprias			0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio			0,00 €
Prémios de emissão			0,00 €
Reservas			0,00 €
Resultados transitados	18	5 964 981,68 €	867 742,23 €
Ajustamentos em ativos financeiros			0,00 €
Excedentes de revalorização			0,00 €
Outras variações no Património Líquido	18	7 114 681,83 €	7 293 673,30 €
Resultado líquido do período	18	3 545 873,17 €	5 162 192,85 €
Dividendos antecipados			0,00 €
Interesses que não controlam			0,00 €
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>42 905 791,42 €</b>	<b>39 603 863,12 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			



Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		128 729,28 €	137 155,33 €
<b>Total Passivo não corrente</b>		<b>128 729,28 €</b>	<b>137 155,33 €</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1 063,20 €	0,00 €
Fornecedores		320 986,95 €	358 488,65 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	23	951 969,88 €	931 719,98 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		5 263 206,99 €	4 818 390,70 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
<b>Total Passivo corrente</b>		<b>6 537 227,02 €</b>	<b>6 108 599,33 €</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>6 665 956,30 €</b>	<b>6 245 754,66 €</b>
<b>Total do Património Líquido e do Passivo</b>		<b>49 571 747,72 €</b>	<b>45 849 617,78 €</b>

Verifica-se um aumento do valor registado na conta de utentes em resultado do aumento dos pagamentos em atraso de propinas, este facto resulta do agravamento da conjuntura económica e do aumento da taxa de inflação. Está em implementação o estabelecimento de planos de pagamento e espera-se que com a entrada destes estudantes no mercado de trabalho e da necessidade destes de documentos académico (que o IPB não emite com pagamentos em atraso), desta forma pese embora as condicionantes externas, o IPB espera nos próximos anos a diminuição deste valor.

### 2.2.1.2. Demonstração de Resultados por Natureza

Em 2022, o IPB obteve um resultado líquido positivo de cerca de 3,55 M€, tendo apresentado uma diminuição de 1,62 M€ face ao ano anterior, conforme Tabela 8.

O total de rendimentos reflete uma evolução positiva, face a 2021, de mais de 1,40 M€, apresentando um valor total de aproximadamente 40,95 M€. Esta variação justifica-se principalmente pelo acréscimo de 1,15 M€ de propinas face ao ano anterior, representando 19,15% dos rendimentos totais do IPB.

Relativamente aos gastos, verifica-se que existe um aumento face ao ano anterior de cerca de 3,01 M€ que se justifica essencialmente pelo aumento dos gastos com o pessoal e dos gastos com os fornecimentos dos serviços externos, explicado pela inflação dos custos dos serviços.

**Tabela 8. Demonstração dos resultados por natureza.**

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Varição</b>
Impostos, contribuições e taxas	14	7 848 714,64 €	6 695 175,53 €	1 153 539,11 €
Vendas	13	23 005,99 €	11 859,35 €	11 146,64 €
Prestações de serviços e concessões	13	1 528 946,36 €	937 520,03 €	591 426,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	30 866 990,55 €	31 080 400,70 €	-213 410,15 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-316 231,12 €	-423 285,17 €	107 054,05 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-4 331 013,06 €	-3 210 758,77 €	-1 120 254,29 €
Gastos com pessoal	19	-27 142 494,83 €	-26 175 210,34 €	-967 284,49 €
Transferências e subsídios concedidos		-3 588 752,19 €	-2 648 202,28 €	-940 549,91 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		727 242,63 €	871 842,21 €	-144 599,58 €
Outros gastos e perdas	3/5	-153 967,87 €	-183 872,56 €	29 904,69 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>5 462 441,10 €</b>	<b>6 955 468,70 €</b>	<b>-1 493 027,60 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1 916 567,93	-1 793 273,85 €	-123 294,08 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 194,85 €</b>	<b>-1 616 321,68 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		0,00 €	-2,00 €	2,00 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 192,85 €</b>	<b>-1 616 319,68 €</b>
Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 192,85 €</b>	<b>-1 616 319,68 €</b>

### 2.2.1.3. Demonstração de Resultados por Funções

Tabela 9. Demonstração dos resultados por Funções.

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	14	7 848 714,64 €	6 695 175,53 €
Vendas	13	23 005,99 €	11 859,35 €
Prestações de serviços e concessões	13	1 528 946,36 €	937 520,03 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-316 231,12 €	-423 285,17 €
<b>Resultado Bruto</b>		<b>9 084 435,87 €</b>	<b>7 221 269,74 €</b>
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	30 866 990,55 €	31 080 400,70 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-4 331 013,06 €	-3 210 758,77 €
Gastos com pessoal	19	-27 142 494,83 €	-26 175 210,34 €
Transferências e subsídios concedidos		-3 588 752,19 €	-2 648 202,28 €
Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos		727 242,63 €	871 842,21 €
Outros gastos e perdas		-153 967,87 €	-183 872,56 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-1 916 567,93	-1 793 273,85 €
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 194,85 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		0,00€	-2,00 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 192,85 €</b>
Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 545 873,17 €</b>	<b>5 162 192,85 €</b>

### 2.2.1.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite aferir como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros, a sua capacidade de gerar fluxos de caixa no futuro e a sua capacidade para financiar as alterações introduzidas no âmbito e natureza das suas atividades.

Através da Tabela 10, verificamos que os recebimentos totais foram de cerca de 38 M€ e os pagamentos de mais de 35,35 M€, registando-se assim uma variação positiva de caixa e seus equivalentes que excedeu os 2,68 M€.

Em 2022, obteve-se um saldo elevado, justificado pela conjugação de diversos fatores, nomeadamente pelo aumento das receitas de propinas, transferências recebidas de projetos de investigação, mobilidade e PRR que compensou em parte a diminuição das receitas provenientes do financiamento dos CTESP's.

Tabela 10. Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RUBRICAS	NOTAS	2022	2021
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		964 942,34 €	1 194 690,49 €
Recebimentos de contribuintes		0,00 €	0,00 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes <sup>4</sup>		23 799 021,90 €	25 260 505,88 €
Recebimentos de utentes <sup>5</sup>		6 349 229,37 €	7 076 514,52 €
Pagamentos a fornecedores		-6 481 484,59 €	-5 091 877,34 €
Pagamentos ao pessoal		-27 159 690,81 €	-26 230 729,10 €
Pagamentos a contribuintes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 709 757,40 €	-2 840 765,86 €
Pagamentos de prestações sociais		0,00 €	0,00 €
	<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-2 776 255,21 €</b>	<b>-2 093 145,39 €</b>
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		2 094 307,01 €	4 623 495,49 €
	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>-681 948,20 €</b>	<b>2 530 350,10 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros Ativos		0,00 €	0,00 €
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Outros Ativos		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		0,00 €	0,00 €
Transferências de capital		3 361 032,14 €	2 703 473,65 €
Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Dividendos		0,00 €	0,00 €
	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>3 361 032,14 €</b>	<b>2 703 473,65 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Doações</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00 €	0,00 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00 €	0,00 €

<sup>4</sup> Inclui as transferências do orçamento de estado.

<sup>5</sup> Inclui o pagamento de propinas por parte dos alunos.

<i>Juros e gastos similares</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Dividendos</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Reduções de capital e outros instrumentos de capital</i>		0,00 €	0,00 €
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00 €	0,00 €
	<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)</b>	0,00 €	0,00 €
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a + b + c)</b>		2 679 083,94 €	5 233 823,75 €
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>		-30,89 €	-346,15 €
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		5 373 885,98 €	11 483 196,30 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	1.2	14 162 280,24 €	11 483 196,30 €

<b>RUBRICAS</b>			
	<b>NOTAS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		11 483 196,30 €	5 373 885,98 €
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
Saldo da gerência anterior		11 483 196,30 €	5 373 885,98 €
De execução orçamental		702 699,89 €	214 086,20 €
De operações de tesouraria		1 233 067,57 €	740 480,93 €
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		14 162 280,24 €	11 483 196,30 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
Saldo para a gerência seguinte		14 162 280,24 €	11 483 196,30 €
De execução orçamental		12 541 397,56 €	10 250 128,73 €
De operações de tesouraria		1 620 882,68 €	1 233 067,57 €

De seguida são apresentados os indicadores económico-financeiros, que se consideram mais relevantes para a presente análise, bem como a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo.

## 2.2.2. Indicadores Económico-Financeiros

O rácio da liquidez traduz a capacidade que o IPB tem em cumprir as suas obrigações de pagamento a curto prazo. Especificamente, a liquidez geral indica a capacidade de pagar o seu passivo de curto prazo com o ativo também de curto prazo. Como se pode observar através da Tabela 11, o valor do indicador de liquidez geral em 2022 atingiu os 3,30, o que significa que o ativo corrente é 3,30 vezes superior ao passivo corrente.

A liquidez imediata indica-nos a capacidade que a entidade tem em liquidar os seus compromissos de curto prazo com as disponibilidades (caixa e depósitos à ordem). Através da análise da Tabela 6 verificamos que em 2022 as disponibilidades eram 2,17 vezes maiores que os compromissos de curto prazo.

Através do prazo médio de recebimentos, que mede a celeridade com que os clientes costumam pagar as suas dívidas, concluímos que houve um aumento face ao ano anterior de 13 dias. Este acréscimo pode ser justificado pelo aumento da inflação.

A autonomia financeira avalia a capacidade do património líquido financiar o ativo total. No período em análise o IPB apresenta uma autonomia financeira de 86,55%, isto significa que o IPB tem capacidade de financiar o seu ativo em 86,55% através do seu património líquido. Através do indicador de endividamento, verifica-se que o passivo representa apenas 13,45% do total do ativo.

O indicador de solvabilidade permite avaliar a capacidade do IPB para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo. No período em análise verifica-se que o património líquido é 6,44 vezes superior ao passivo.

**Tabela 11.** Indicadores Económico-Financeiro

Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Resultado 2022	Resultado 2021
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo Corrente/ Passivo Corrente	3,30	2,82
	Liquidez Imediata	Disponibilidades /Passivo Corrente	2,17	1,88
Atividade	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes/ Saldo médio Volume de Negócios*365	282	249
Estrutura Financeira	Autonomia financeira	Património Líquido/Ativo	86,55%	86,38%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	6,44	6,34
	Endividamento	Passivo/ Ativo	13,45%	13,62%

## NOTA FINAL

De acordo com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, o SNC-AP contempla os subsistemas da contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão. A sua implementação resulta num processo de adaptação de recursos técnicos e humanos que apesar de todos os esforços ainda não finalizou a contabilidade de gestão (NCP 27), estando já reunidos os elementos necessários à sua implementação. Esta situação justifica-se, essencialmente pela conjuntura, nestes últimos anos, da alteração para o SNC-AP e da alteração para um novo ERP. A alteração do ERP para uma versão ainda não totalmente consolidada tornou-se mais demorada que o esperado, nomeadamente nos processos de parametrização de fluxos/circuitos.

Mesmo assim, tem o IPB conseguido cumprir os prazos previstos, através de um esforço coletivo de adaptação às novas ferramentas que nos vão conduzindo a um produto cada vez mais rigoroso, mais consistente, mais eficiente e mais eficaz!

